

A propriedade da terra no Uruguai: Formação social, políticas públicas, território e indústria de celulose

Land ownership in Uruguay: Social training, public policies, territory and pulp industry

Horacio Martin Melo Pissón

Doutorando em Geografia, UFSC, Brasil

horacio.mmp31@hotmail.com

Resumo

Desde o ano 2005, com a chegada ao governo da força progressista da “Frente Ampla”, o Uruguai atravessa por um ciclo de estabilidade político- econômica e governabilidade que tem lhe permitido manter um ritmo de crescimento relativamente constante, em um contexto regional marcado pela arremetida do conservadorismo e a direita neoliberal. Durante este ciclo foram notórios os avanços em matéria de direitos individuais e laborais, na redução da pobreza e exclusão social, etc., em consonância com a consolidação de um modelo produtivo baseado na exportação em grande escala de produtos primários e caracterizado pela concentração e anonimato sobre a propriedade da terra. Isto, por sua vez, se apoia em políticas públicas que estabelecem um marco regulatório que garante grandes vantagens às empresas (concessões, isenções fiscais, etc.), visando assim atrair investimentos (estrangeiros) como forma de inserção internacional. A indústria da celulose, que começou em 2007, baseada no monocultivo de eucalipto, é hoje um pilar fundamental deste modelo, com a particularidade de ser uma indústria conduzida por grandes empresas transnacionais, que produzem baixo o regime de Zonas Francas e que são as maiores proprietárias de terra no país. Com a iminente instalação de uma terceira fábrica de produção de celulose, abrem-se novas questões em relação à propriedade da terra, a forma de organização espacial das empresas, sob a relação entre estas e o Estado e sobre a capacidade de este de regular soberanamente o território nacional.

Palavras-chave: Formação social - Políticas públicas – Território – Indústria de celulose

Abstract

Since 2005, with the arrival of the progressive “Broad front”, Uruguay has been going through a cycle of political-economic stability and governance that has allowed it to maintain a relatively steady growth rate, in a regional context marked by the rush of conservatism and the neoliberal right-wing. During this cycle, advances in individual and labour rights, reduction of poverty and social exclusion, etc., were notable, in line with the consolidation of a productive model based on the large-scale export of primary products and characterised by concentration and anonymity of land ownership. This, in turn, is supported by public policies that establish a regulatory framework that guarantees excellent advantages to companies (concessions, tax exemptions, etc), thus aiming to attract (foreign) investments as an international form insertion. The pulp and paper industry, which started in 2007 based on eucalyptus monoculture, is today a fundamental pillar of this model, with the particularity of being an industry run by large transnational companies, which produce under the Free Zones regime and are the largest landowners in the country. With the imminent installation of a third pulp mill, new questions open up regarding land ownership, the form of the spatial organisation of companies, the relationship between them and the state, and the state’s ability to regulate sovereignly the national territory.

Keywords: Social formation – Public policies – Territory – Pulp and paper industry

1. INTRODUÇÃO

O Uruguai atravessa pelo terceiro período de governo da força progressista, a Frente Ampla, com o atual presidente Tabaré Vasquez que finalizará seu mandato em março de 2020. Durante todo este ciclo (Vasquez 2005-2010; Mujica 2010-2015; Vasquez 2015-2020) o partido de governo impulsionou importantes mudanças; na saúde, na educação, na ampliação de direitos individuais, criação de empregos assim como melhora de salários e conquista de direitos laborais, planos sociais e uma melhor redistribuição da riqueza buscando a diminuição das desigualdades sociais, etc.

Estas mudanças foram possíveis sobretudo graças ao bom produtivo de *commodities* agrícolas, ou seja, o aproveitamento das vantagens comparativas atendendo a demanda internacional (fundamentalmente chinesa), que permitiu o ingresso das divisas que, em grande parte, deram sustento para essa construção de políticas sociais e ampliação do Estado de bem estar social.

Porém, dito bom exportador (soja, trigo, celulose) está assentado em políticas econômicas de caráter neoliberal, destinadas a atração de investimentos a partir da concessão de grandes benefícios para o capital privado, que contribuem para que a estrutura produtiva atual de todo o setor agropecuário uruguaio esteja caracterizada pela forte concentração, privatização e anonimato sobre a propriedade da terra.

Assim sendo, se por um lado a Frente Ampla rompeu, positivamente, com vários aspectos do neoliberalismo dos anos 90, por outro consolidou um projeto de crescimento baseado em políticas públicas criadas, principalmente, entre a redemocratização pós ditadura militar (1985) e princípios dos anos 2000. Em síntese, houve importantes mudanças ligadas a políticas sociais de esquerda, mas se manteve uma estrutura econômica (neo) liberal em consonância com uma estrutura agrária desigual, concentrada em grandes propriedades, onde praticamente a metade da superfície produtiva do país pertence a sociedades anônimas das quais o Estado desconhece a procedência.

Portanto, a questão agrária é o pano de fundo a hora de abordar um estudo de geografia política e econômica vinculado à produção de celulose como aqui proponho. Neste sentido, a instalação de fabricas de celulose fazem parte deste modelo de crescimento, caracterizado pelo crescente reprimarização da produção conforme ao aproveitamento das vantagens comparativas que colocam ao Uruguai como produtor e exportador de bens primários.

Sobre a indústria de celulose, há instaladas hoje duas fabricas (2007 e 2014), e se pretende a construção de uma terceira para a qual as negociações, condições, etc., entre o Estado e a empresa já estão praticamente finalizadas. Isto eleva a outro patamar a importância desta indústria para o Uruguai, e implica uma reconfiguração da organização territorial da empresa que outorga mais poder e benefícios econômicos, que ao mesmo tempo se traduzem em fragilidade para outros ramos produtivos e uma perda da capacidade de controle territorial por parte do Estado.

Ora, diante do exposto, um elemento fundamental a destacar para compreender estas dinâmicas atuais são as condicionantes históricas da própria formação social uruguaia e sua inserção no mundo, que marcam as particularidades da produção do espaço nacional. Em palavras de Milton Santos; “O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global” (SANTOS, 2012, p.31). Assim, a relação entre as diferentes escalas é imprescindível na construção de nossa análise, sendo que; “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (id., 2012, p.339).

Dito isto, o trabalho está dividido em três partes, fora a introdução; na primeira parte (subdividida em dois), farei uma breve resenha sobre a formação do Estado uruguaio (que senta as bases e ajuda a compreensão sobre o processo de formação social), para depois fazer uma análise sobre o período de redemocratização (fim da ditadura militar:1985), quando se implementam as políticas públicas que subsistem até a atualidade e conduzem as estratégias econômicas dos primeiros governos de esquerda na história do país.

Na segunda parte faço um repasso pelo que tem sido os governos da Frente Ampla, os avanços, as contradições, as rupturas e as continuidades em relação aos governos (neo) liberais e conservadores anteriores. Se bem as rupturas são várias, as continuidades na forma de regulação política e territorial e na organização da produção, etc., tal vez sejam-no ainda mais.

Por fim, na terceira parte analiso o caso particular da silvicultura e produção de celulose, que representa atualmente um elo central das políticas econômicas e estratégias de inserção internacional do Uruguai. Dita indústria, por sua dimensão e forma de organização espacial, também tem modificado as relações de poder, a dinâmica do mercado de terras e de todo o setor agropecuário em seu conjunto. Neste caso particular, as políticas públicas das décadas anteriores têm um papel central para compreender a forma de organização da produção e a relação do Estado com as empresas.

Nas considerações finais, trago à tona a questão agrária, que como eu disse, resulta o pano de fundo para entender a estrutura produtiva do Uruguai. Para o caso particular da produção de celulose, as normas e o controle fiscal do Estado também são elementos imprescindíveis para construir uma reflexão sobre a organização territorial das empresas e o grande poder político e econômico que elas têm. Ressalta-se também a conjuntura regional atual e as possibilidades, diante disso, do país continuar avançando pela senda do crescimento, a governabilidade e ampliação de direitos sociais.

2. BREVE RESENHA SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL DO URUGUAI

Para analisar as dinâmicas do presente é preciso retomar as questões do passado que marcam e condicionam a posterior construção do espaço em cada lugar. Assim, a categoria de formação sócio espacial (SANTOS, 1978), é um elemento fundamental para compreender os processos históricos e as particularidades da produção do espaço social. Da mesma forma, se faz preciso levar em consideração as diferentes escalas de ação, já que, em palavras de Milton Santos; “O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global” (SANTOS, 2012, p.31)

Neste sentido, é preciso apontar algumas características sobre a processo de formação do Estado nacional uruguaio, que senta as bases da estrutura política e territorial que nos ajudam à compreensão da dinâmica atual relacionada à propriedade da terra e a dinâmica produtiva da atualidade. Particularmente, os fatos relacionados com a consolidação do poder central do Estado e a forma específica de apropriação e divisão da propriedade rural, que marcam um antes e um depois na construção do poder territorial do Estado e as oligarquias locais.

Ora, após décadas de instabilidade social a partir da independência política (1830) (guerras civis, anarquia¹, alternância e pactos de poder buscando a paz, etc.), foi durante o período conhecido como Militarismo (1876-1886) quando se sentaram as bases definitivas do princípio de ordem e autoridade, criando uma estrutura de poder que foi a essência do estado moderno e centralizado que se consolidou desde então (BARRAN, 1968).

Conforme José Pedro Barram (1968), o militarismo significou desde o ângulo político, a substituição das bandeiras tradicionais (Branco e Colorado) assim como das novas (os principistas²), por um grupo de pressão mais forte no econômico em aliança com o grupo de pressão mais forte no poder real e coativo: o exército³(BARRAN, 1968, p.22).

Assim sendo, o Uruguai começou o processo modernizador⁴ com a consolidação de suas estruturas políticas, legais e sociais, o fortalecimento da burguesia nacional e importantes

¹ No mundo rural; “A insegurança e a anarquia que as revoluções provocaram e fomentaram, impediam as mudanças que os homens de campo moderno reclamavam”, quer dizer, ordem e amparo à propriedade privada, como base para começar a transitar do país primitivo do grande “fazendeiro caudilho” ao país moderno do “fazendeiro empresário” (BARRAN, 1968, p.25). Até então o gado e as propriedades não estavam delimitados, o que permitia que os homens rurais (gaúchos, matreiros) mataram animais para se alimentar e viveram livremente.

² Se conhece como “Principistas” a geração de profissionais “crioulos” de formação intelectual europeia (Francesa), que deram uma nova faceta aos partidos tradicionais, introduzindo os ideais liberais e a defesa dos princípios republicanos, as garantias individuais e a “La libertad como principio, la libertad como medio, la libertad como fin”). Todos os principistas tinham em comum a rejeição à tradição “caudilhista”. Alguns formaram um partido político novo, o Partido radical, e outros se mantiveram dentro dos partidos tradicionais dando lhes certos rasgos modernizadores, como a importância de programas de governo.

³ A partir do primeiro conflito bélico de importância (A Guerra do Paraguai entre 1865 e 1870) e a luta contra a revolução de Timoteo Aparicio (1872), o exército uruguaio se profissionalizou e consolidou-se como um poder maior, homogêneo e coerente, com consciência de força e capacidade de comando (BARRAN, 1968)

⁴ Um dos “requisitos” para ingressar na modernidade era o extermínio desses homens livres e a demarcação da propriedade privada, assim como o efetivo controle e o alcance do poder coercitivo do Estado sobre todo o território nacional

investimentos da Grande Bretanha, que era então a potência hegemônica mundial⁵. Entretanto, no âmbito político e ideológico começaram a ressoar com força os princípios das sociedades modernas consolidados na Europa ocidental, da mão da elite intelectual de formação universitária, que ajudaram na aplicação de reformas institucionais, educativas, etc. e promoveram os ideais liberais e republicanos⁶.

Quer dizer que nesse período (últimas três décadas do sec. XIX) o país se inseriu no sistema mundial como um Estado nação moderno; “aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território, reclama para si o monopólio da violência legítima”, sendo assim “a única fonte de direito à violência. Dita violência, não é o meio natural nem o único meio do qual o Estado se serve, “mas é realmente seu meio específico.” (WEBER, M, 1979, p.9).

Barram (1968) destaca a expansão das comunicações, como fator fundamental que também operou a favor do poder coativo do estado e a autoridade central montevidéana, quando anteriormente era costume ver a figura do presidente pedindo proteção aos caudilhos regionais (1968, p.25). Todas essas mudanças trouxeram no mundo rural um aumento do número de trabalhadores assalariados, já que a partir da introdução do arame e a consolidação dos prédios rurais o modo de produção capitalista foi subjugando e monopolizando toda a estrutura produtiva do país.

Os governos de Jose Batlle y Ordoñez (1903-1907; 1911-1915) de inícios de século XX caminharam no sentido da formação de um Estado de bem estar social, laico (separação da igreja e o Estado), que promoveu a criação de infraestruturas (escolas, universidades, infraestruturas logísticas) assim como direitos trabalhistas (lei de 8 horas, etc.) e direitos da mulher (sufrágio, licença laboral por maternidade, etc.), entre outros, sendo considerado como um dos presidentes mais importantes da história nacional.

Jose Batlle também realizou tentativas de mudar a estrutura agrária, fortemente concentrada desde a introdução do arame nos campos, buscando fortalecer o setor de pequenos e médios produtores, e procurando diversificar a produção para abastecer o mercado interno e colocar um freio ao crescente poder dos grandes fazendeiros (FERNÁNDEZ, s/d, p.7). Assim, as primeiras duas décadas do século XX tiveram como principal eixo de disputas o “reformismo batllista” (progressista,

(FERNÁNDEZ, p.5, apud BARRAN; NAHUM, 1967), o que foi alcançado durante o militarismo. A consolidação da propriedade privada foi possível graças à expansão do arame nos campos, que trouxe uma série de consequências sociais e econômicas, entre as quais o esgotamento da fronteira agrícola, a consolidação da fazenda de gado e das relações salariais de produção.

⁵ Para fins do século, os ingleses já tinham investido na construção das ferrovias (a primeira linha foi inaugurada em 1869 e no ano 1905 o total das ferrovias alcançava os 2000) investido nos serviços públicos de Montevideu (água, eletricidade, gás, telefone, tranvias) além de ser os principais credores do Estado e ter o monopólio do mercado de seguros (BARRÁN, 1995, s/n).

⁶ Outros elementos que caracterizaram este período são a crescente chegada de imigrantes europeus, institucionalização do aparelho estatal e suas ferramentas de controle e formação cidadã, processo de secularização do estado, a formação da classe comerciante sobre o porto de Montevideu, a criação dos primeiros bancos (Banco Comercial e Banco Mauá, de origem brasileiro), e uma incipiente industrialização de produtos derivados da carne, etc. (FERNÁNDEZ, s/d, p.4).

modernizador, estatista) contra o poder, conservador e privatista, dos grandes proprietários de terra e gado (Hemisfério Izquierdo, 2016).

No entanto, esta e outras iniciativas de alavancar uma redistribuição da terra, com a finalidade que a mesma cumpra uma maior função social de acordo aos velhos ideais “Artiguistas⁷”, viram se enfrentados com o poder econômico e político da classe fazendeira que acabaram prevalecendo, pelo que os vários decretos e leis implementadas para limitar a grande propriedade não saíram do papel.

Dessa forma temos que, segundo o primeiro censo agropecuário do ano 1908, um 9% das propriedades com mais de 1000 hectares ocupavam um 64% do total da superfície produtiva do país, quando as propriedades pequenas, de menos de 100 hectares só ocupavam o 5% (PIÑEIRO, 2014, p.216). Este é um elemento fundamental a considerar, sendo que na atualidade dita estrutura permanece praticamente sem variações, como veremos mais adiante.

Ora, o período que vai desde o final da segunda guerra mundial até 1973 (primeira crise do petróleo e quebre do padrão ouro-dólar estabelecido em Bretton Woods) é considerado como a “Era de ouro” do capitalismo mundial (HOBSBAWM, 1995), que levou ao surgimento, sobretudo a partir da década de 1960, de uma economia cada vez mais transnacional, operando em grande medida por sobre as fronteiras dos estados e criando pela primeira vez na história uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, “que consolidou-se havia a década de 1970 como uma força global efetiva” (HOBSBAWM, 1995, pp.19 y 272).

Isso ocorreu principalmente graças ao salto qualitativo em matéria tecnológica, fator que mais vai a incidir sobre a configuração do espaço mundial, já que a partir de então o capital adquire um grande poder de mobilidade, que lhe permite re definir os lugares em função da busca de mais valia. Este novo período histórico é denominado período “Técnico-científico informacional” (SANTOS, 2012); “capitalismo globalizado neoliberal de acumulação flexível” o simplesmente globalização neoliberal. (HAESBAERT; GONÇALVES, 2005). Trata-se de uma nova fase da história humana (SANTOS, 2012a, p.145). Agora todo se mundializa: a produção, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura (id., 2012, p.204).

Pois bem, o Uruguai acompanhou este processo de crescimento e acumulação capitalista mediante um considerável desenvolvimento das forças produtivas internas, via importação de

⁷ Em referência a José Gervasio Artigas, figura emblemática da República Oriental do Uruguai. Caudilho militar de inícios do século XIX, e primeiro homem na América Latina em levar adiante uma reforma agrária, o “Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de la Campaña y Seguridad de sus hacendados” de 1815, que propunha a distribuição da terra na qual, nas palavras de Artigas; “Los más infelices serán los más privilegiados. En consecuencia los negros libres, los zambos de igual clase, los indios y los criollos pobres, todos podrán ser agraciados con suertes de estancia si con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y a la de la Provincia. Serán igualmente agraciadas las viudas pobres si tuvieren hijos y serán igualmente preferidos los casados a los americanos solteros y estos a cualquier extranjero” (Portal Uruguay educa).

maquinaria para o fomento da indústria nacional. O período compreendido entre 1945-1955 é considerado de forma geral como o mais próspero da história econômica uruguaia, e coincide em grande parte com a experiência do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).

Desde então expressões como “a Suíça da América” fazem referência à prosperidade econômica daquele período. Porém, dito crescimento esteve diretamente vinculado com a demanda externa de carne e outros produtos de primeira necessidade, primeiro da Europa pós-guerra, e posteriormente da Coreia após a guerra civil ocorrida nesse país (1950-53). Assim, esse crescimento encontrou seus limites e a matriz exportadora se esgotou a partir, sobre tudo, da recuperação das economias europeias.

Já a partir da década de 1960, quando cada vez mais “os territórios nacionais se transformam em espaços nacionais da economia internacional” (id., 2012a, p.147), começa a se redefinir a Divisão Internacional do Trabalho com avanço do paradigma neoliberal. Na América Latina se impôs radicalmente, com o Chile como primeiro exemplo, baixo uma crise política e social generalizada (revoluções, ditaduras militares, etc.) que acompanhou os acontecimentos ocorridos em escala mundial⁸ e o “fim da era de ouro do capitalismo mundial” (HOBSBAWN, 1995, p.433).

No Uruguai, a Lei de Reforma cambiaría e monetária de 1959⁹, baixo orientação do Fundo Monetário Internacional, significou a abertura da economia nacional. A partir daí, realizaram-se sucessivas negociações com o FMI que tiveram como consequência um forte e crescente endividamento externo, principalmente com os Estados Unidos (ELOY; DEMASI, 1986, p.86). Portanto, já na década de 1960 se implantaram os primeiros sinais de um modelo econômico liberal (GAROFALI, 2014), promovendo a entrada de investimento estrangeiro e fomentando a privatização de empresas e serviços públicos, assim como a privatização e estrangeirização da terra.

Pode se dizer que, com o apoio financeiro do FMI e a entrada de capitais transnacionais, houve uma reinserção do Uruguai nos canais da DIT. Uma das principais consequências de essa reinserção foi o incremento da dívida externa, que alcançou entre 1983 e 1984 um 90% do valor do Produto Interno Bruto (PIB). (YAFFE, 2005, p.9). Dita dívida e sua ampliação se transformou em um elemento de pressão para levar a novas privatizações e os chamados ajustes estruturais, não só no Uruguai, mais na região e outras partes do mundo (CECENÑA, 2003).

⁸ Entrada dos EUA na guerra do Vietnã, revoluções na América Latina com o entusiasmo do triunfo da revolução Cubana, o “Maio Frances”, etc. Para Hobsbawm (1995) a explosão demográfica nos países do terceiro mundo, posterior à “Era de ouro”, é a mudança mais fundamental do “breve S XX”. Uma consequência foi o aumento da brecha entre ricos e pobres, países avançados e atrasados, mesmo quando as economias das regiões cresciam a mesma taxa. (1995, pp.338-339)

⁹ Lei que procurava instaurar o jogo livre entre oferta e procura, principalmente no mercado cambial, buscando equilibrar o balanço de pagamentos, liberalizar as correntes comerciais e propiciar o ingresso de capitais estrangeiros (CINVE, 1984, p.155)

Consequentemente com essa orientação política e econômica, se criou no ano 1974 a Lei de Promoção industrial, no marco da ditadura militar (1973-1985), que prevê incentivos para o investimento no setor industrial, isto é, créditos, isenção de impostos, etc., como forma de atrair capitais privados e dinamizar a economia. Ao mesmo tempo, se procedeu a uma profunda liberalização e abertura externa do sistema financeiro e o mercado de cambio monetário (YAFFE, 2005).

2.1. Redemocratização, neoliberalismo e políticas públicas

A ditadura militar (1973) freou a ofensiva reformista das décadas de 1940 e 1950, que buscava mecanismos de redistribuição das riquezas e sobretudo da propriedade da terra¹⁰. Nesse sentido, a ditadura e o neoliberalismo econômico das décadas seguintes aprofundaram uma estrutura agrária desigual, concentrada e cada vez mais estrangeirizada (Hemisfério Izquierdo, 2016).

Durante estas décadas e todos os anos 1990, foram implementadas uma serie de políticas econômicas que estruturaram um edifício normativo propicio para o ingresso ao país de grandes capitais, a partir principalmente da concessão de grandes benefícios políticos e fiscais. Assim, ditas leis resultam fundamentais para compreender o processo ocorrido desde os anos 90 até nossos dias, relacionado à dinâmica produtiva e a propriedade rural, onde entre outras coisas o processo de compra e venda de terras por parte do capital financeiro se incrementou nos últimos anos.

Uma delas é a Lei florestal, relacionada diretamente a indústria de celulose que destacarei posteriormente, que a traves de grandes subsídios e isenções fiscais possibilitou que as grandes transnacionais produtoras de celulose sejam hoje as maiores proprietárias de terras no país: Montes Del Plata (MDP) com 270 mil hectares; e United Papper Miller (UPM), com 231,5 mil hectares em propriedade (GAUTREAU, 2014, p.60).

Outra normativa destacada corresponde ao ano 1999, e está relacionada à compra de terras por parte de sociedades anônimas, que eliminou uma norma anterior que proibia a compra de terras por parte dessas entidades. A eliminação dessa restrição levou a uma forte corrente compradora de terra por parte destas sociedades. Assim, as grandes empresas e sociedades anônimas, principais agentes do capitalismo financeiro atual, foram abarcando a superfície produtiva do Uruguai, conforme mostra a tabela a seguir.

¹⁰ A expansão de pequenos e médios produtores agrícolas a mediados de século XX é atribuída ao auge econômico e a diversificação produtiva experimentada durante os primeiros anos posteriores à II guerra mundial. Porém, da mesma forma que esses produtores alcançaram uma significativa participação no total do número de produtores, tiveram seu retrocesso por causa da estagnação econômica a partir de começos dos anos 1960 (RIELLA; ROMERO, 2014, p.160).

Tabela 1 - Superfície vendida e adquirida segundo a condição jurídica dos involucrados (2000-2017).

CONDIÇÃO JURÍDICA	VENDIDA	(%)	ADQUIRIDA	(%)
TOTAL	8.163.000	100	8.163.000	100
Pessoa Física	5.866.000	71,8	3.702.000	45
Sociedade Anônima	1.828.000	22,4	3.894.000	47,7
Outras sociedades	380.000	4,6	413.000	5,0
Estado	43.000	0,5	85.000	1,0
Outras situações*	45.000	0,5	69.000	0,8

*Inclui entidades religiosas, provisionares, agentes financeiros, etc.

Fonte: Anuários DIEA, MGAP (2018).

Como se observa, a maioria das vendas de terra (71,8 %) realizadas durante esse período (2000-2017) foram feitas por parte de Pessoas Físicas (PF), que por outro lado tem uma participação menor no número total de aquisições (45 %). Quer dizer que as PF têm vendido mais propriedades das que adquiriram, entanto que pelo lado das Sociedades Anônimas (SA) ocorre o contrário, sendo que quantidade de vendas sobre o total (22,4 %) é bem menor ao número de compras realizadas por estas entidades (47,7 %).

Na mesma linha, a tabela seguinte mostra a compra- venda de terras de acordo com a nacionalidade dos agentes involucrados. Enquanto a tabela anterior manifesta uma tendência à concentração da terra em mãos de S.A, a próxima nos diz respeito à estrangeirização da mesma.

Tabela 2 - Superfície vendida e adquirida segundo a nacionalidade dos involucrados (2000-2017).

Nacionalidade	VENDIDA	(%)	ADQUIRIDA	(%)
TOTAL	8.163.000	100	8.163.000	100
Uruguaio	5.259.000	64,4	3.139.000	38,4
Argentino	239.000	3,0	297.000	3,6
Brasileiro	290.000	3,5	172.000	2
Outras	155.000	1,9	189.000	2,1
Desconhecido*	2.220.000	27,1	4.365.000	53,4

*O titular não é uma pessoa física, portanto não se conhece a sua nacionalidade.

Fonte: Anuários DIEA, MGAP (2018).

Como se aprecia, os proprietários nacionais (Uruguaio) têm participado com o 64,4 % do total das vendas realizadas, entanto que as aquisições realizadas por eles representam o 38,4 % do total. O que ressalta destes dados, é a quantidade de aquisições por parte de pessoas “Não físicas”, geralmente sociedades anônimas das quais não é possível conhecer a nacionalidade. Ditos grupos

participaram com o 27,1 % das vendas realizadas entanto adquiriram o 53,4% do total das transações. Por outro lado, a participação de argentinos e brasileiros também é importante, concentrando amplas extensões de propriedade associadas principalmente à produção de soja e trigo os primeiros, e arroz os segundos.

Oyhantçabal (2013) destaca que no balanço das transações de compra-venda entre 2000 e 2008, as pessoas físicas perderam 1,8 milhões de hectares, entanto que as sociedades anônimas incrementaram sua superfície em 1,7 milhões. Ao mesmo tempo, entre 2000 e 2011 os uruguaios passaram de controlar o 90,4% da superfície produtiva do país para aproximadamente o 50%, entanto que as sociedades anônimas passaram de controlar o 1% para mais do 45% do território produtivo, se apropriando de quase 7 milhões de hectares em só 11 anos (2013, p.412).

Por fim, a próxima tabela nos mostra a quantidade de propriedades existentes ao ano 2013, assim como a distribuição da superfície produtiva do país segundo a nacionalidade dos proprietários.

Tabela 3 - Número de propriedades segundo a nacionalidade dos produtores (2013).

Nacionalidade	Número	(%)	Hectares	(%)
TOTAL	44.781	100	16.357.300	100
Uruguaio	36.395	81,3	8.120.200	49,6
Argentino	277	0,6	91.677	0,6
Brasileiro	231	0,5	265.365	1,6
Outras	368	0,8	158.598	1
Sem informação*	7.510	16,8	7.721.400	47,2

*Compreende todas as explorações nas que falta o dado, incluindo aquelas em que o produtor não é uma pessoa física, pelo que não é possível estabelecer a nacionalidade do titular.

Fonte: PISSON, 2015, p.50.

Ora, se bem o número de propriedades exploradas por produtores uruguaios é alto (81,3%), enquanto à superfície total isso representa praticamente a metade do total (49,6%). O que mais chama a atenção sem dúvida, é a alta porcentagem da superfície total do país que é explorada por produtores os quais o Estado desconhece sua origem (47,2 %). Ao mesmo tempo, sendo que dita superfície se distribui em 16,8% do número total de propriedades, percebe-se que ditos produtores “sem nacionalidade” possuem grandes propriedades.

Em resumo, as três tabelas apresentadas nos levam a concluir que há uma tendência à apropriação de terras por parte de sociedades anônimas e agentes privados dos quais se desconhece a procedência. No mesmo sentido, se reflete uma estrangeirização da terra, já que os proprietários uruguaios têm vendido mais terras do que adquirido e exploram aproximadamente a metade da superfície total, entanto a outra metade se encontra em mãos de S.A, capitais “sem nacionalidade” e em menor medida brasileiros e argentinos.

Sobre as leis referidas, por fim, há duas leis essenciais relacionadas diretamente com a indústria de celulose, das quais falarei mais detidamente, elas são a Lei de Zonas Francas de 1987 e a Lei de Proteção de Investimentos de 1998. Como disse, todo este arcabouço político e normativo continua vigente e permaneceu praticamente invariável, incluso durante os governos da força progressista Frente Ampla, o que leva a afirmar o caráter estatal de ditas leis e os programas econômicos de longo prazo que transcendem governos e orientações políticas.

3. O CICLO PROGRESSISTA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

A ascensão de governos progressistas na região marcou certas rupturas com relação ao modelo neoliberal da década de 1990 e começo dos anos 2000. Entre estas rupturas, ponderamos uma nova orientação voltada para o processo de integração regional, uma viragem para o sul (CERVO, 2003), assim como um “retorno da política” ao espaço regional (GRANATO, 2014), em contraposição ao afastamento do estado da esfera econômica e arremetida do livre mercado promovido pelo neoliberalismo.

No interior dos países as maiores mudanças ocorreram a partir da recuperação do papel do estado como provedor de proteção social; criação de empregos, conquista de direitos trabalhistas e ampliação de políticas sociais, notoriamente nos casos do Uruguai, Brasil e Argentina, onde houve uma transição para uma etapa pós neoliberal (CECEÑA, 2014). Segundo Lima e Coutinho (2006), as mudanças ocorreram sobretudo na agenda econômica, na qual se interrompem as privatizações neoliberais e se ré inicia a política industrial, a partir da redefinição de marcos regulatórios e instrumentos de intervenção econômica com maior controle por parte do Estado, que inclui maiores gastos na área social (PISSÓN, 2015).

No caso do Uruguai, houve um notório aumento das melhoras das condições laborais, com a volta dos conselhos de salários¹¹ e a diminuição do desemprego e a pobreza a mínimos históricos. Entretanto, em quanto ao tipo de Estado, a estrutura sócio produtiva, ao modo de regulação da economia e a inserção internacional do país, se observa uma continuidade e uma afirmação em relação ao período neoliberal (ZUNINO, 2014, p.92).

Fazendo um estudo comparado sobre a matriz exportadora do Uruguai entre o período neoliberal e o período “pós neoliberal” apontado, Zunino (2014) chama a atenção para o fato de que a proporção de produtos primários e manufaturas foi do 60,7% e 39,4% respectivamente, durante o primeiro período, entretanto dita porcentagem ascendeu para 72% e 28%, respectivamente, durante a fase “pós neoliberal”.

¹¹ Negociação “tripartite” entre as empresas, o Estado e os empregados para definir as condições e as bases salariais.

Quer dizer que vem se consolidando cada vez mais uma estrutura produtiva primário exportadora, na qual o ramo madeireiro aqui estudado adquire grande importância nas estratégias macroeconômicas do Estado uruguaio, independente do partido político que ocupa o governo atual. Para alguns autores, esse período pós neoliberal tem consolidado um tipo de Estado “neo extrativista progressista”, um “Estado compensador” (GUDYNAS, 2013), “neo desenvolvimentista” (SANTOS, B, 2010; GAUTREAU, 2014; SVAMPA, 2013¹²), ou simplesmente neo extrativista.

Sendo assim, e reconhecendo ainda as diferenças entre os governos de centro-esquerda que prevaleceram a começos do século XXI com as anteriores administrações conservadoras da direita clássica e neoliberal, “continua se apostando a um modelo de crescimento económico baseado nas exportações primárias e na atração de investimentos” (GUDYNAS, 2012, p.130).

Podemos dizer que o período “pós-neoliberal” o “pós-liberal” (MOTTA; VEIGA, 2007), tem convergido principalmente no questionamento do liberalismo político e económico hegemónico de finais do século XX, fato que não implica necessariamente a adoção de uma orientação “anti-neoliberal”, mas pelo contrário, a tendência indica a consolidação do modelo de apropriação e exploração privada e corporativa dos médios de produção e bens comuns (SVAMPA, 2013, p.39).

Em resumo, sendo que a forma de inserção no circuito de acumulação mundial se dá historicamente a partir da produção de mercadorias agropecuárias, “ontem” e hoje (carne, lã, couros, arroz, soja, lácteos, polpa de celulose, etc.), a questão agrária tem uma relevância fundamental na análises sobre o processo de formação social uruguaio. Esta particularidade, compartilhada com grande parte dos países da região, consolidou uma distribuição desigual da propriedade rural e uma estrutura de classes com forte peso dos grandes proprietários de terra, que tem tido um rol principal na história da construção nacional (PIÑEIRO, 2014, p.218).

Sobre as políticas públicas, cabe dizer também que, a consolidação de uma estrutura político partidária que prevalece desde finais do século XIX (com os dois partidos tradicionais que permanecem até hoje: Partido Nacional e Partido colorado), somando a “Frente Ampla” desde a década de 1970, dá ao país um alto grau de estabilidade e governabilidade no sistema político como um todo. Isto, em grande parte explica a permanência das políticas públicas que subsistem independentemente dos governos de turno.

¹² Maristella Svampa (2013, p.35) considera que o modelo de desenvolvimento extrativista se baseia-se em um “consenso dos Commodities” (por analogia ao consenso de Washington), ou seja, que existiria um acordo tácito acerca da irreversibilidade da dinâmica extrativista, tendo em conta as demandas do mercado mundial e a abundância de recursos naturais na América Latina. Nesse sentido, diante da falta de alternativas para este modelo de desenvolvimento, reforça-se uma “racionalidade de capitalismo progressista” (ibid., p.36), quer dizer, um progressismo resignado à lógica do mercado mundial.

4. LEI FLORESTAL, LEI DE ZONAS FRANCAS E LEI DE PROTEÇÃO DE INVESTIMENTOS

Em relação á silvicultura e produção de polpa de celulose, estas três leis constituem os pilares principais sobre os quais se constrói esta indústria (direta e indiretamente), que em poucos anos passou a ser a atividade mais dinâmica do país e um dos principais produtos de exportação.

A Lei florestal de 1987 é a que dá origem ao cultivo de eucaliptos e pinus com fins comerciais. Inclue numerosas isenções fiscais, subsídios por reintegro parcial sobre os custos de implantação, isenções de taxas de aduana para a importação de capitais e bens, solos de prioridade florestal, entre outras (GAUTREAU, 2014). Desde a Lei Florestal, grandes empresas como UPM e MDP começaram a comprar terras para plantar árvores, sendo hoje, ambas, as maiores proprietárias de terras no Uruguai.

A Lei de Zonas Francas de 1987, estabelece um marco jurídico para a criação de espaços normativos com o objetivo principal de atrair investimentos e facilitar o agir das empresas no território nacional, mediante diversas vantagens e isenções tributarias. Ambas fábricas de celulose estão contempladas com dito régime, o que lhes permite produzir, importar e exportar livre da maioria dos impostos que regem no território nacional.

Desde o início dos projetos para a construção das fabricas de celulose, tanto em Fray bentos como em Conchillas, os investimentos foram beneficiados pelo regime de Z.F, o que permitiu às empresas se instalarem-se nos locais amparadas por grandes vantagens económicas, como a isenção do “Imposto de Renda para Atividades Económicas (IRAE)” ou do “Imposto ao Patrimônio (IP)”, assim como do “Imposto al Valor Agregado (IVA)” para as compras de bens e serviços no exterior e isenção dos tributos aduaneiros, etc. Lembrando que, graças à Lei florestal, a maioria dessas isenções fiscais alcança também o patrimônio florestal das empresas.

Por fim, a Lei de Proteção de Investimentos de 1998 é uma lei que brinda garantía as empresas estrangeiras de que seus investimentos serão lucrativos e não se virão afetados por ocasionais conflitos internos ou mudanças de governo e/ou orientação política. É um tratado firmado entre Estados nacionais para proteger as empresas privadas. No caso das “pasteras”, um tratado entre Uruguai e Finlândia, Suécia ou Chile, para UPM ou MDP, respectivamente¹³.

Das três, a Lei Florestal é a que regula especificamente ao sector, em tanto as outras dois se bem não são exclusivas de esta indústria, resultam determinantes para explicar sua forma de organização e características. Ressaltando que estas leis marcam o caráter Estatal de estes projetos económicos, que transcende governos e partidos políticos.

¹³ Amparada en esta ley (tratado de protección de inversiones entre Uruguay y EEUU), por ejemplo, la tabacalera Phillips Morris demandó al Estado uruguayo por daños y perjuicios, debido a las políticas del Frente Amplio de combate al consumo de tabaco.

Sobre a relação entre o Estado e as empresas, cabe dizer que, além do poder hegemônico das grandes corporações transnacionais, no limite são os Estados nacionais os maiores responsáveis de possibilitar ou não a atuação das empresas no território nacional. Portanto, o Estado não torna se ausente, mas se posiciona em consonância da economia dominante. Todavia, nas localidades onde o Estado se omite ou tem menor presença, as empresas controlam diretamente o mercado da madeira e o mercado de terras, estabelecendo as condições e impondo seus interesses diante de tudo (PISSÓN, 2015).

Nesses casos, as empresas não têm só poder econômico, mais político. Entretanto, as empresas não têm a capacidade de impor normas sobre a totalidade do território nacional. Conforme Santos; “Uma norma pública atua sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macro organizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais tem esse poder” (2012, p.152).

Por fim, é importante lembrar que, a pesar dos vácuos existentes na atuação do Estado, fomentando e favorecendo a prevalência dos grandes capitais, o mesmo continua sendo o agente chave, “ainda que seja para a reprodução e perpetuação dos privilégios dos setores concentrados da economia e a distribuição desigual da riqueza” (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p.12).

4.1. A indústria de celulose: Pilar do modelo econômico atual e das estratégias de inserção mundial

Durante a década de 1990, graças às políticas de abertura econômica destacadas, se incrementou significativamente o cultivo de árvores, sentando as bases para a indústria de celulose nascida em 2007. Assim, se passou de uns 200 mil hectares cultivadas com eucaliptos a princípios da década para quase 700 mil no começo dos anos 2000¹⁴.

Ora, esta expansão se dá num contexto no qual começa a cobrar maior força a compra de terra por parte das grandes empresas do agronegócio (Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, etc.), assim como “Fundos de pensão” e “Caixas de poupança”, que dirigem suas propriedades através de subsidiárias com sede no país. Para estas novas modalidades de expansão do capitalismo financeiro, resulta atrativo investir em terras como própria forma de capitalização, como reservas territoriais estratégicas para valorização futura (MORAES, 1999, p.88), ou mesmo para a produção de *commodities* e alimentos (PIÑEIRO, 2014, p.228).

Entretanto, uma característica da expansão da silvicultura que a diferencia com relação à expansão da agricultura, é o fato de que; “quando a maior parte da expansão agrícola se deu por

¹⁴ Las características de la actividad silvícola, con períodos productivos de entre 8 y 10 años (eucaliptos) entre la fase de cultivo y la fase de cosecha, hizo también con que productores menores tuvieran que vender sus tierras a las grandes empresas, por no tener condiciones de mantener una tierra “improductiva” durante tantos años.

arrendamento das terras, as empresas madeireiras compraram-nas massivamente, transformando-se em questão de anos nos maiores proprietários da região” (GAUTREAU, 2014, p.8. Tradução própria). Isto em particular gerou novas dinâmicas no mercado de terras, na reprodução de outros ramos agropecuários e na interação entre os diferentes sistemas produtivos.

Atualmente a silvicultura ocupa em torno ao 7% da superfície produtiva do país. Aproximadamente uma terceira parte das plantações de eucaliptos e pinos pertencem as duas grandes empresas, UPM e MDP, e entre as sete maiores proprietárias do setor somam um total de 400 mil hectares florestadas, o que representa quase um 40% do total da superfície florestada (1.070.000 hectares ao ano 2016). Más ainda, as duas grandes empresas produtoras de celulose são também as duas maiores proprietárias de terra em Uruguai: MDP com 270 mil hectares e UPM com 231,5 mil hectares. Ha que acrescentar também que o número de plantações que as sete maiores empresas em conjunto detêm representa somente um 43% do total da superfície controlada por elas (929, 6 mil hectares em total), o que significa que a atividade tem uma ampla margem para incrementar os cultivos (GAUTREAU, 2014).

Sobre a organização da produção, se observa que um 70% da madeira que ingressa à Zona Franca de UPM provem de terras da própria empresa, entanto que o outro 30% é adquirido entre mais de 200 produtores ou bem produzidos pela mesma empresa em terras arrendadas (PISSÓN, 2018). Além disso, a extensão de terras que a empresa UPM explora no Uruguai representa menos do 10% de terras que o grupo empresarial controla a nível mundial, mas porem a produção de celulose em solo uruguaio (1,2 milhões de toneladas anuais¹⁵) responde por aproximadamente o 30% do total de celulose produzida pela empresa (GAUTREAU, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uruguai é um país que tem consolidado ao longo de décadas, uma estrutura política caracterizada por fortes valores republicanos e democráticos. Apesar dos períodos de ditadura (1933-1937; 1973-1985), se mantem um sistema de coalisões partidárias estável, de forte tradição histórica, o que outorga um alto grau de governabilidade. Isto é, em grande parte, o que tem permitido a consolidação do modelo de crescimento econômico ao qual fizemos referência.

O destaque para a formação sócio espacial do país, é um componente essencial para compreender os processos históricos, as características e dinâmicas que condicionam a produção do espaço nacional uruguaio. As políticas de Estado implementadas a partir dos anos 1970, principalmente a Lei florestal e a Lei de Zonas Francas de 1987, são eventos concretos que explicam

¹⁵ A fábrica de UPM-Fray Bentos tem uma capacidade produtiva de 1,3 milhões de toneladas anuais, entanto que as três fábricas que a empresa tem na Finlândia tem uma média de 800 toneladas cada uma.

o desenvolvimento da indústria da celulose, por ser políticas públicas que permaneceram constantes a través dos diferentes governos e/ou orientações políticas, o que também diz em relação à forte herança neoliberal nas instituições e estruturas de poder político e econômico.

Sobre as Zonas Francas em particular, as mesmas, de fato, implicam uma renúncia fiscal sobre uma serie de ganancias que nelas se criam, como foi dito. Mas, há que considerar que a partir das Zonas francas se geram uma serie de encadeamentos produtivos, trabalhos indiretos e serviços derivados das vantagens de contar com um espaço econômico dessas características no país. Nesse sentido, considero as Zonas Francas como um instrumento de disputa de fluxos de capitais e investimentos estrangeiros diretos. Quer dizer, uma competição interestatal para captar investimentos que permitam dinamizar certos sectores da economia nacional para ganhar espaço nos fluxos de mercadorias internacionais.

Atualmente, entanto que países vizinhos como Brasil e Argentina retomaram nestes últimos anos a senda neoliberal (instabilidade política, golpes parlamentares, abertura econômica, medidas econômicas anti populares e recorrente repressão policial, etc.), o Uruguai atravessa pelo terceiro período de governo da força progressista da Frente Ampla, que goza de certa margem de aceitação e mantém a senda da governabilidade.

Sobre a propriedade da terra, como problemática central, cabe dizer que, em um século (1908-2011), praticamente não houve mudanças na estrutura agrária do país nem modificação da fronteira agrícola. Assim, o problema da propriedade da terra se reduz durante todo este período a suas dimensões distributivas, ou seja, ao incremento ou diminuição do número de explorações e a distribuição mais ou menos equitativa desse fator produtivo entre os grupos sociais ligados ao campo

A indústria de celulose e a iminente instalação de uma terceira fábrica, são o símbolo do modelo de crescimento adotado que baseado na exploração das riquezas naturais (solo, agua) e sustentado nas políticas apontadas, caracterizam a (re) produção do espaço nacional uruguaio, com um Estado central que concede enormes benefícios às empresas e com estas que cada vez assetam mais sua presença e poder territorial.

REFERÊNCIAS

AGUERRE, T. Cambios en la estructura agraria del Uruguay entre 1951 y el 2000: una aproximación descriptiva desde la distribución de la tierra. **Estudios Sociológicos**, v. 20, n. 2, p. 387-424, 2002.

ALONSO. R.; BARBEITO, F. Renta agraria en Uruguay. Contradicciones de una forma específica de acumulación capitalista. **Hemisferio Izquierdo**, n. 7. 2016. Disponível em: <https://www.hemisferioizquierdo.uy/single-post/2016/11/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ALVARADO, R. La expansión forestal en el cono sur. Políticas públicas, intereses transnacionales y transformaciones territoriales. **Revista Nueva Sociedad**, n. 223, p. 76-93, 2009.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 394p.

BARRAN, J. P. **Latorre y el Estado Uruguayo**. Enciclopédia uruguaya 22, p. 22-39, Montevideu, 1995.

ELIAS DE CASTRO, I. E. **Geografia e política: Território, escalas de ação e instituições**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 300p.

ELOY, R.; DEMASI, C. **Uruguay. 1958-1968: crisis y estancamiento**. 1. ed. Montevideu: EBO, 1986. 155p.

GAUTREAU, P. **Forestación, territorio y ambiente: 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina**. 1. ed. Montevideo: TRILCE, 2014. 293p

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Revista Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 585p

MORAES, R. C.; MESSIAS DA COSTA, W. **A valorização do espaço**. Geografia Critica. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 187p.

OYHANTÇABAL, G. Y. dónde está la renta? Los terratenientes agrarios en el Uruguay contemporáneo. **Hemisferio Izquierdo**, n. 7, p. 1-7, 2016a.

OYHANTÇABAL, G.; NARBONDO, I. El Agronegocio y la Expansión del Capitalismo en el Campo Uruguayo. **Revista REBELA**, v. 2, n. 3, p. 409-425, 2013.

PIÑEIRO, D. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. **Revista Tierra**, p. 215-257, 2014.

PISSÓN, H. M. **Evolución de la silvicultura transnacional en Uruguay: las Políticas de Estado para el desarrollo de la industria celulósica y sus impactos territoriales**. 2015. 94 f. Monografía (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) - Instituto Latino-americano de Tecnologias, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

PISSON, H. M. **Estudo geoeconômico da cadeia produtiva de papel e celulose no Uruguai**. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANTOS, C.; OYÇANTABAL, G.; NARBONDO, I. La expansión del agronegocio agrícola en Uruguay: impactos, disputas y discursos. In: Congress of the Latin American Studies Association, 1., 2012, San Francisco. **Proceedings...** San Francisco, 2012, p. 1-21.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 1. ed. São Paulo: Ed USP, 2012. 232p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Ed. USP, 2012a. 170p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Globalização e Geografia: A compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 18, p. 6-17, 1996.

SEVERO, L. W. **Integração da América do Sul: Mecanismos regionais de financiamento**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Trabalho enviado em 07/10/2019

Trabalho aceito em 25/10/2019